A luta do PSD por representatividade na Câmara dos Deputados

Lucas Lucchesi Corrêa Machado *

Criado pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, para abrigar políticos descontentes da oposição, o PSD enfrenta o seu maior obstáculo desde que começou a existir: a não representatividade efetiva na Câmara dos Deputados. A sigla, criada em 2011, não participou do pleito que elegeu a atual composição da Câmara baixa e, segundo o Regimento Interno da Casa, não possui o direito de presidir comissões permanentes, apesar de seus filiados poderem participar da composição das mesmas e integrar blocos partidários, sendo o número de parlamentares da legenda excluídos do cálculo para fim de proporção partidária.

Ressalta-se ainda, que o PSD, "estreou" suas atividades na Câmara votando maciçamente pela aprovação de matérias caras ao Governo Federal, como a prorrogação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e a criação do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos (FUNPRESP), sendo que nesta última o PSD entregou 75% dos votos da bancada pela aprovação da matéria, mais do que alguns dos aliados do Governo no Congresso como PSB (37,5%) e PDT (1%). Além disso, a legenda não exigiu publicamente a nomeação para cargos no 1º ou no 2º escalão para continuar votando com o Governo.

Em virtude desse comportamento "leal", a cúpula da legenda esperava, assim, contar com o apoio recíproco do PT no momento em que o partido mais precisasse, como ficou evidente no episódio envolvendo a presidência das Comissões permanentes em que o partido fez um apelo ao presidente Marco Maia (PT/RS) para flexibilizar a norma regimental no sentido de acomodar o partido. No entanto, em face das objeções feitas por lideranças de partidos que perderam parlamentares para os quadros do PSD, tais como DEM e PSDB, e do bombardeio midiático à baixa produtividade da Casa durante o período de indefinição, Marco Maia optou pela alternativa menos comprometedora e seguiu a norma regimental.

Mesmo com o inesperado golpe, o PSD seguiu com sua estratégia e entrou com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a instalação das Comissões até o julgamento do mandado de segurança exigindo o tratamento equânime ao partido, pela Câmara dos Deputados. Segundo a peça, o PSD alega que, tendo adquirido personalidade jurídica e registro junto ao TSE, após atender a todos os princípios constitucionais para tal e que os parlamentares que nela figuram advindos de outros partidos, o fizeram por "justa causa", qual seja o surgimento de nova agremiação, a legenda não pode ser excluída da composição das comissões no Parlamento.

O ministro Carlos Ayres Britto ficou responsável pela análise do mandado e do pedido de liminar impetrado. A princípio, o ministro indeferiu a liminar baseado no mesmo dispositivo Regimental utilizado por Maia para negar o direito ao PSD e foi além, anotando que:

> *"O partido autor da presente ação de segurança não participou de nenhuma eleição popular. [...] Não submeteu a nenhum corpo de eleitores o seu estatuto ou programa partidário. Ainda não passou pelo teste das urnas, enfim, porque não ungido na pia batismal do voto. Não vejo, portanto, como reconhecer a sua equiparação em tudo e por*

tudo, com partidos e coligações já dotados de representantes por eles mesmos (partidos e coligações) submetidos, com êxito, ao corpo eleitoral do País."

Apesar da decisão do referido ministro ter como alvo apenas o pedido de liminar, este posicionamento representa um forte indício do teor do voto que deverá proferir sobre a questão, no plenário do STF.

Na Suprema Corte, três dos onze ministros compõe o Tribunal Superior Eleitoral: Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia e Marco Aurélio Mello, tribunal este que aprovou, por 6 votos a 1, a criação do PSD. Dentre os três, apenas o ministro Marco Aurélio votou contrariamente ao registro da nova legenda, podendo ser mais um voto contrário ao pleito do PSD durante as discussões no plenário.

Ao revés, para contornar esta situação momentaneamente o partido de Kassab cogita a composição de bloco partidário com o PSB na Câmara dos Deputados, que já conta com o PTB e o PCdoB, tornado esta a maior bancada da Casa com 110 integrantes. Com efeito, o partido passaria a ser consultado em todas as negociações e votações importantes na Casa. Para além disso, deve-se considerar o peso eleitoral que a legenda dispõe nos Estados e Municípios como um fator que pode influenciar nas negociações com o Governo, sobretudo em um ano de eleições.

Nessa linha, Gilberto Kassab ensaiava uma aproximação com o PT na cidade de São Paulo, até José Serra decidir entrar na disputa, a possibilidade chegou a ser discutida pela executiva do Partido dos Trabalhadores. Esse apoio complementaria o alinhamento do PSD no Congresso Nacional e, ao mesmo tempo, fortaleceria o ex-ministro da Educação no cenário eleitoral, especialmente contra a candidatura do PSDB, que contava com quatro postulantes também pouco conhecidos. Após a confirmação de Serra, o PT viu suas pretensões seriamente prejudicadas, pois projetava que, uma vez consolidada a parceria com o PSD, a negociação com outras legendas seria facilitada.

Lucas Lucchesi Corrêa Machado é graduado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha na área de Relações Governamentais desde 2011.